

A indissociabilidade entre gênero, classe e etnia para a compreensão da situação da mulher na sociedade de classes contemporânea e a necessidade de um feminismo para os 99%

The inseparability of gender, class and ethnicity for understanding the situation of women in contemporary class society and the need for a feminism for the 99%

Arthur G. Monzelli¹
José G. Cagnin²
Érica Z. Navarro³

Resumo

Este artigo resulta de uma revisão bibliográfica das obras de Heleieth Saffioti, cotejando-as com o Manifesto feminista de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser. Tal análise pretende responder à pergunta: é possível superar a violência de gênero, atendendo às demandas das classes exploradas, separando-a das questões de classe e etnia? Parte-se da hipótese de que, para atender às necessidades das populações exploradas, deve-se levar em conta a indissociabilidade das categorias gênero, classe e etnia. O objetivo deste artigo é analisar essas categorias como questões indissociáveis para construção de um feminismo que contemple as necessidades das classes exploradas no capitalismo contemporâneo. Para levar a cabo tal reflexão, o presente artigo embasa-se teórica e metodologicamente no materialismo histórico dialético, isto é, analisa a realidade concreta, descrevendo-a teoricamente, a fim de compreendê-la em suas múltiplas determinações.

Palavras-chave: Gênero, classe social, etnia, feminismo.

Abstract

This article is the result of a bibliographical review of the works of Heleieth Saffioti, comparing them with the Feminist Manifesto of Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya and Nancy Fraser. Such analysis intends to answer the question: is it possible to overcome gender violence, attending to the demands of the exploited classes, separating it from the issues of class and ethnicity? It is assumed that, in order to meet the needs of the exploited populations, the inseparability of the categories gender, class, and ethnicity must be taken into account. The objective of this article is to analyze these categories as inseparable issues for the construction of a feminism that contemplates the needs of the exploited classes in contemporary capitalism. To carry out this reflection, this article is based theoretically and methodologically on dialectical historical materialism, that is, it analyzes concrete reality, describing it theoretically, in order to understand it in its multiple determinations.

Keywords: Gender, social class, ethnicity, feminism.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCLAr-UNESP), Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar pela FCLAr-UNESP. ORCID: 0000-0001-9461-9338.

² Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCLAr-UNESP), e mestrando do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCHS-UNESP). ORCID: 0000-0001-7342-5083.

³ Graduada em Pedagogia e Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCLAr-UNESP) e mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar pela FCLAr-UNESP. ORCID: 0000-0003-3614-5685

Introdução

Já desde a Revolução Francesa os direitos humanos foram pensados no masculino: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. Por haver escrito a versão feminina dos direitos humanos (Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã), Olympe de Gouges foi sentenciada à morte na guilhotina, em 1792⁴

Heleieth Saffioti. *Gênero, patriarcado e violência*.

Os dois últimos anos da pandemia de COVID-19 ceifaram, aproximadamente, 5,4 milhões de vidas por todo o mundo, sendo 619 mil delas somente no Brasil (Ritchie et al., 2020). Para além dessa lamentável realidade, veio à tona uma antiga problemática, associada às medidas de isolamento social tomadas na tentativa de mitigar a proliferação e o contágio do novo coronavírus, a saber: o aumento da violência de gênero, doméstica e familiar. A tendência desse aumento é apontada em pesquisas e relatórios realizados por organizações internacionais e nacionais⁵, estando relacionada ao convívio forçado entre vítimas e opressores, à crise econômica do modo de produção capitalista e ao medo e à insegurança decorrentes do caráter altamente contagioso da COVID-19. Como apontam Vieira et al. (2020), na China, os índices de violência doméstica registrados em boletins policiais aumentaram três vezes mais durante a pandemia; na Europa, países como Itália, França e Espanha também registraram aumento nas ocorrências de violência doméstica após a implantação de medidas de quarentena domiciliar obrigatória; e, no Brasil, em março de 2020, a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos registrou, por meio do Disque 100⁶ e do Ligue 180⁷, um aumento de 18% nas denúncias de violência doméstica.

Levando em conta o aumento desse tipo de violência durante a pandemia, este artigo se justifica na medida que traz à tona a necessidade urgente de se pensar formas de superação do problema da desigualdade de gênero, sendo crucial compreendê-la em seu caráter intrínseco ao capitalismo, que acentuou suas mazelas em meio à crise pandêmica e aos problemas étnicos.

⁴ Saffioti, 2015, p. 80

⁵ Para mais informações consultar Paulo (2021) e Organização Mundial da Saúde (2021).

⁶ Canal de denúncia de violação de direitos humanos.

⁷ Canal de denúncia de violência contra a mulher.

O problema de pesquisa que fundamenta este artigo se apresenta na forma da seguinte pergunta: é possível superar a violência de gênero, atendendo às demandas das classes historicamente exploradas, considerando-a de forma independente às questões de classe e etnia? Parte-se da hipótese de que, para atender às necessidades das populações exploradas, no modo de produção capitalista, deve-se levar em conta a indissociabilidade das categorias gênero, classe e etnia. É pensando dentro desse nó, o qual intersecciona essas categorias, tal como concebe Saffioti (2001, 2013, 2015), que se faz necessário recorrer a leitura do *Manifesto feminista* elaborado por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019), no qual se defende a elaboração de uma concepção de feminismo para os 99% da população mundial.

Por isso, o objetivo central deste artigo é discutir a necessidade de se pensar gênero, classe e etnia como questões indissociáveis para fundamentar a construção de um feminismo do ponto de vista das classes exploradas no capitalismo contemporâneo. Para levar a cabo tal discussão, realiza-se um trabalho de revisão bibliográfica das obras de Heleieth Saffioti, articulando-as com o *Manifesto* supracitado. Ademais, a presente discussão embasa-se teórica e metodologicamente no materialismo histórico dialético, isto é, analisa a realidade concreta, descrevendo-a teoricamente, a fim de compreendê-la em suas múltiplas determinações.

Estruturalmente, este artigo se divide em três partes, sendo a primeira uma discussão sobre a metáfora que Heleieth Saffioti elabora para explicar a importância da indissociabilidade entre as questões de gênero, classe e etnia. A segunda, por sua vez, reflete sobre a categoria de trabalho reprodutivo. E, por fim, a última discute a necessidade de se construir um feminismo para os 99% como alternativa para superar o problema da violência de gênero.

1. A metáfora do nó entre gênero, classe e etnia em Heleieth Saffioti

No seu artigo, *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*, Saffioti (2001) parte de dois pressupostos: 1º) as vítimas de violência de gênero são mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos; 2º) por causa da cultura e do sistema patriarcal, os homens detêm o poder de oprimir os sujeitos sociais mencionados. Embora Saffioti não deixe nítido se a violência de gênero abarca ou não as pessoas LGBTQIA+, neste artigo considera-se que elas também são vítimas desse problema.

O consentimento e a tolerância social para que homens pratiquem violência de gênero contra suas vítimas, sob a alegação de que isso representa a virilidade masculina,

não prejudica somente a elas, mas também a eles, ainda que as vítimas sofram, indiscutivelmente, com maior intensidade nesse processo. Um dos argumentos utilizados como justificativa para a naturalização da suposta dominação do homem, reside na falaciosa fragilidade do corpo feminino. Aliás, de acordo com Saffioti (2013), a mulher, em vez de naturalmente figurar como elemento frágil, subordinável e obstrutor do desenvolvimento da sociedade capitalista, na realidade, é o próprio capitalismo que impõe obstáculos à plena realização das potencialidades humanas da mulher. Tal argumentação biologizante foi utilizada para justificar a inatividade econômica da mulher por toda sua vida, o que traz consequências negativas para a personalidade feminina e socialização dos filhos (Saffioti, 2013).

Longe de ser natural, a desigualdade é posta não pelo caráter biológico, mas pelas estruturas de poder, pela ordem social e econômica vigente. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não está naturalmente dada, mas é socialmente construída. A questão da violência contra as mulheres, segundo Saffioti (2015), encontra-se fundida e enlaçada a três subestruturas que formam um nó, sendo elas: *gênero, classe social e etnia*. Para Saffioti (2015), a imagem do nó não consiste somente em uma mera metáfora, mas também é forma de representar as contradições existentes na realidade capitalista contemporânea, a citar as relações entre patriarcalismo, racismo e capitalismo.

Já se sabe que o conceito de poder se constitui como um elemento central na discussão sobre gênero, e quando se discorre sobre ele, surge arraigado a essa discussão o conceito de dominação, o qual só pode se estabelecer dentro de uma relação social na qual há dominado(s) e dominador(es), sendo que os segundos não eliminam os primeiros, já que necessitam deles para continuar dominando (Saffioti, 2015). Deste modo, a dominação pressupõe também a ideia de subordinação, e, segundo Saffioti (2015), o patriarcado se constitui em um dos exemplos mais evidentes desse fenômeno. Historicamente, à medida que os seres humanos passaram a se relacionar com os animais, através do imperativo do controle e da dominação, as relações de reprodução mostraram-se de grande valor econômico. Foi diante de tal constatação que os seres humanos então perceberam que “quanto mais filhos um homem tivesse, maior seria o número de braços para cultivar áreas mais extensas de terra, o que permitia maior acumulação” (Saffioti, 2015, p. 128). Essa transformação foi fundamental para estabelecer relações de dominação-exploração⁸ entre os homens e as mulheres, pois as mulheres deixaram de

⁸ Saffioti (2001, 2015) utiliza-se do conceito de exploração-dominação, por conceber o processo de sujeição de uma categoria social tanto pela dimensão da dominação quanto pela dimensão da exploração.

representar a antiga concepção mística de terem o monopólio do poder sobre a reprodução social⁹. Então, a partir do seu “projeto de dominação-exploração” da mulher, o homem exige “que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência” (Saffioti, 2001, p. 115).

O patriarcado, enquanto estrutura de poder, e servindo aos interesses dos grupos e classes sociais dominantes, alastrou-se em todas as esferas da vida social, permitindo aos sexistas a legitimidade para discriminar e marginalizar grupos socialmente minoritários. Assim, o sexismo e o racismo, para além de serem meros preconceitos, mostram-se também como formas sociais de poder, utilizadas pelos opressores para justificar suas ações. Portanto, “preconceitos de raça e sexo desempenham” uma função “relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital” (Saffioti, 2013, p. 82).

Diante de tal definição, pode-se dizer que sexismo e racismo são semelhantes. Para Saffioti (2015, p. 131), “os preconceituosos – e este fenômeno não é individual, mas social – estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes permitindo uma integração subordinada”. Na origem do escravismo reside também a gênese do sexismo, pois independentemente das características culturais dos conquistados, existiam tratamentos distintos direcionados a homens e a mulheres (Saffioti, 2015). Vale lembrar que aos conquistados lhe eram impostas às vontades e às necessidades dos conquistadores e, nesse processo, os homens que eram derrotados, em sua maioria acabavam eliminados, enquanto as mulheres derrotadas eram escravizadas, seja para assegurar a continuidade da produção, seja para prestar serviços sexuais aos vitoriosos. Diante dessa observação, pode-se afirmar que as raízes do sexismo são tão antigas quanto as do racismo, pois constituem um dado importante, ou seja:

o gênero não é tão somente social, dele participando também o corpo, quer como mão de obra, quer como objeto sexual, quer, ainda, como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar

⁹ Em síntese, a “reprodução social” abarca as “atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem esperanças no futuro” (Arruzza et al., 2019, p. 106).

ativamente da produção, e, quando mulheres, entrar com três funções na engrenagem descrita (Saffioti, 2015, p. 133).

Entretanto, para a autora, é errada a interpretação de que sob a ordem patriarcal de gênero as mulheres não detêm poder. No próprio esquema da dominação patriarcal, alerta Saffioti (2015), reside uma de suas principais contradições, uma vez que, ao se deixar o patriarca com a capacidade legítima de controlar, deixa-se, ao mesmo tempo, livres aos seus dominados, especialmente às mulheres, o poder não só de cooperar, como também o de enfraquecer e demolir as bases do patriarcalismo. Para tanto, faz-se necessário que as mulheres, sempre em condição de categoria social e não individual, se empoderem¹⁰. Contudo, esse empoderamento pressupõe saberes a respeito de si e dos outros como categorias que partilham/disputam poder.

É diante do enlaçamento das subestruturas gênero, classe social e etnia, que se faz presente o nó desta realidade capitalista, em cuja dinâmica se preside uma lógica contraditória. De acordo com Saffioti (2015, p. 133-134), “com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos”, mas elas só podem ser analisadas dentro de um movimento de síntese, de recomposição da totalidade social.

Como já foi discutido, o patriarcado, sua estrutura de poder e a cultura que ele engendra, impregnaram-se em todos os campos da vida social, deixando de se confundir há um bom tempo com apenas a dimensão econômica doméstica. Ademais, o modo de produção capitalista também mercantilizou todas as relações sociais que nele se desenvolvem, ou seja, as relações de gênero, classe e etnia, bem como reproduziu as hierarquias de discriminação que nelas vigoram até hoje (Saffioti, 2015). Para o materialismo histórico dialético, a categoria *trabalho* pode ser entendida como um processo no qual os seres humanos relacionam-se com a natureza, a fim de transformá-la para garantir sua própria sobrevivência e, ao levar isso a cabo, terminam por transformar a si mesmos durante esse processo (Marx, 2013). Portanto:

¹⁰ Vale ressaltar que “empoderar-se equivale, num nível bem expressivo do combate, a possuir alternativa(s), sempre na condição de categoria social. O empoderamento individual acaba transformando as empoderadas mulheres-álibi, o que joga água no moinho [satânico] do (neo)liberalismo: se a maioria das mulheres não conseguiu uma situação proeminente, a responsabilidade é delas, porquanto são pouco inteligentes, não lutaram suficientemente, não se dispuseram a suportar os sacrifícios que a ascensão social impõe, num mundo a elas hostil” (Saffioti, 2015, p. 121).

Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada (Saffioti, 2013, p. 60).

Nesse sentido, o conceito de patriarcado se revela dentro da estrutura capitalista, ou seja, a dominação patriarcal e a exploração capitalista são partes de uma mesma moeda. Além disso, a exploração econômica da mulher, desde seu início, se fez conjuntamente com o controle de sua sexualidade. Isso significa que, em qualquer cadeia produtiva, seja internacional ou nacional, as mulheres predominantemente ocupam os estágios mais degradantes da terceirização e da precarização do trabalho, revelando, por sua vez, a relação de exploração e subordinação na qual se encontram. Em outras palavras, “quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas.” (Saffioti, 2013, p. 138).

Todavia, como já se sabe, sempre que há relações de exploração, desenvolve-se também a possibilidade de resistência, na forma de luta de classes.

No fim das contas, “os problemas que as mulheres enfrentam” no capitalismo “são problemas de classes sociais”, diretamente ligados às “categorias de sexo” e de etnia as quais, “portanto, devem ser atacados conjuntamente por homens e mulheres” de diferentes origens étnicas (Saffioti, 2013, p. 106). Além disso, a superação da violência de gênero “se liga, de uma parte, ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade e, de outra, ao grau de consciência que homens e mulheres atingem das contradições de sua época e das possibilidades de sua superação” (Saffioti, 2013, p. 107).

2. A categoria trabalho reprodutivo

Como foi comentado, a opressão de gênero reside no interior do modo de produção capitalista, embora não tenha sido ele o responsável por inventar a subordinação das

mulheres aos homens¹¹. Contudo, para compreender as origens e as possibilidades de superação da desigualdade de gênero é necessário refletir sobre uma das principais categorias que fundamentam as pesquisas sobre esse problema, a saber: a categoria trabalho reprodutivo.

No capitalismo, o trabalho responsável pela produção de seres humanos, para atender as demandas da acumulação de capital, se expressa de forma extremamente perversa, pois embora essa atividade seja complexa e vital para a manutenção da vida biológica e social dos seres humanos, acaba reduzida à condição de simples mercadoria. Apesar disso, a essa atividade vital de concepção, manutenção e desenvolvimento de seres humanos, dá-se o nome de trabalho reprodutivo (Arruzza et al., 2019).

O capitalismo oculta que “o trabalho assalariado para a obtenção de lucro não poderia existir sem o trabalho (na maioria das vezes) não assalariado da produção de pessoas” (Arruzza et al., 2019, p. 108). Assim, a exploração do trabalho assalariado esconde algo além do mais-valor, esconde a força de trabalho reprodutivo, que é a condição de existência de todo e qualquer trabalho assalariado. Além disso, o trabalho reprodutivo sempre existiu e sempre foi associado às mulheres, entretanto, no modo de produção capitalista, os âmbitos da produção econômica e da reprodução social foram dissociados com mais nitidez; enquanto os primeiros foram transferidos para as fábricas, minas, escritórios, etc. e foram remunerados com dinheiro, a esfera da reprodução social, por sua vez, foi relegada “‘à família’, onde foi feminizada e sentimentalizada, definida como ‘cuidado’ em oposição a ‘trabalho’, realizada por ‘amor’ em oposição ao dinheiro” (Arruzza et al., 2019, p. 109).

Nas sociedades capitalistas, àqueles que realizam o trabalho de reprodução social são atribuídos a condição de subordinação, posição que, em grande medida, é ocupada por pessoas do sexo feminino. Sendo assim, a reprodução social é uma questão feminista, na qual se transpõe questões de dominação que perpassam diferenças de gênero, etnia, sexualidade e nacionalidade. Além disso, historicamente, nas sociedades capitalistas, o trabalho reprodutivo sempre esteve marcado por uma divisão étnica e posto a serviço da heteronormatividade. Como apontam Arruzza et al. (2019, p. 54), Estados modernos “com frequência tentaram instrumentalizar o trabalho de produção de pessoas para projetos nacionais e imperiais” de acúmulo de capital. Inclusive, não é difícil encontrar

¹¹ Essa subordinação sempre existiu na história da humanidade sob diversas formas em organizações sociais anteriores ao capitalismo, mas foi nele que se atribuiu à mulher o papel de produzir pessoas para a inserção no sistema de produção.

na história da humanidade exemplos de governos que incentivaram nascimentos com características específicas ou políticas educacionais voltadas a criação de um cidadão modelo que serviria ao país quando necessário. Em síntese, a reprodução social é também um campo de batalha importante na luta de classes, e que, em torno dela, devem ser incluídas reivindicações pela libertação das mulheres, superação do racismo e da xenofobia, bem como emancipação de qualquer forma de exploração e dominação do ser humano pelo ser humano.

Historicamente, é possível encontrar a violência de gênero ao longo de todas as fases do capitalismo, mas é, particularmente, em momentos de crise que ela se torna mais intensa e virulenta, como pode ser observado durante a pandemia de COVID-19. Para Arruzza et al. (2019, p. 59), e como já apontado, “o que permite essa violência é um sistema hierárquico de poder que funde gênero, raça e classe”. A agressão de gênero se encontra associada não só a aspectos da vida “privada”, mas também é utilizada como técnica de controle onde a vulnerabilidade econômica, profissional, política e étnica subjuga as mulheres a uma ordem social de exploração em favor da dinâmica de acumulação do capital. A violência de gênero, no capitalismo, reflete dinâmicas contraditórias existentes no interior das famílias e da vida pessoal, sendo tais contradições, por sua vez, baseadas na divisão e hierarquização social entre a *reprodução social* e a *obtenção de lucro*. Esses campos da vida social estão em intrínseca contradição no modo de produção capitalista, pois “enquanto o capital se esforça de forma sistemática para aumentar os lucros, pessoas da classe trabalhadora se esforçam, no sentido inverso, para levar uma vida significativa, digna de um ser humano”, e tais tendências são antagônicas, uma vez que o capital só pode ser acumulado na medida que a participação humana na vida em sociedade seja precarizada (Arruzza et al., 2019, p. 109). Então, “o verdadeiro objetivo das lutas de reprodução social é estabelecer a primazia da produção de pessoas sobre a obtenção de lucros. Elas nunca foram apenas por pão” (Arruzza et al., 2019, p. 110).

Nesse sentido, para que de fato se superem todas as formas de violência de gênero, classe e etnia, faz-se necessário combater o sistema capitalista que as sustenta, bem como lutar para construir uma nova forma de sociabilidade socialista e um novo modo de produção, em que se garanta as bases materiais para emancipação dos 99% da população mundial.

3. A necessidade de um feminismo para os 99% da sociedade

Em janeiro de 2016, às vésperas do Fórum Mundial de Economia de Davos, que aconteceu no dia 20 de janeiro, na Suíça, a organização não-governamental *Oxfam International* divulgou uma pesquisa sobre o avanço da desigualdade no mundo. Segundo a organização, que se embasou nos dados oferecidos pelo banco *Credit Suisse*, em 2016, foi possível constatar: 1º) a renda de 1% da população mundial equivalia à soma dos rendimentos de seus demais 99%; 2º) 62 (sessenta e dois) indivíduos acumulavam renda equivalente à riqueza conjunta de 50% da população mundial e; 3º) a renda de 50% da população mais pobre do mundo caiu 41%, enquanto a riqueza dos 62 (sessenta e dois) indivíduos mais ricos aumentou 44%, de 2010 a 2015 (Hardoon et al., 2016). No Brasil, a situação da desigualdade não é menos alarmante, pois 5% dos mais ricos concentram em suas mãos renda equivalente aos rendimentos conjuntos dos demais 95% da população, chegando-se ao absurdo de um/a trabalhador/a brasileiro/a que recebe um salário-mínimo por mês precisar de aproximadamente 19 (dezenove) anos para guardar a mesma quantia que um super-rico acumula em apenas um mês (Georges, 2017). Analisando o panorama atual da desigualdade, não parece exagerado nem equivocado, *mutatis mutandis* [guardando as devidas proporções] em relação à realidade sócio-histórica do século XIX, o diagnóstico de Marx & Engels (2010) sobre a tendência de que, no modo de produção capitalista, a sociedade estivesse cada vez mais se dividindo em duas classes: uma dominante e a outra dominada; a burguesia e o proletariado; o 1% mais rico e os 99% mais pobres.

Apesar de as políticas públicas serem de crucial importância para a atenuação da miséria e da desigualdade extremadas que o capitalismo engendrou e ainda engendra diariamente, elas esbarram nos limites de toda e qualquer ação institucional do Estado: as barreiras estruturais impostas pelo próprio movimento de acumulação de capital. Nesse sentido, os movimentos sociais, historicamente, têm-se mostrado uma importante força para superar os limites prescritos pelo capital e a timidez subserviente das políticas públicas capitalistas. É justamente nesse sentido que se desenvolve o feminismo para os 99%.

Esse feminismo é fruto de uma onda originada no movimento grevista feminista polonês, em outubro de 2016 – no qual cerca de 100 mil mulheres tomaram as ruas, paralisaram suas atividades econômicas e marcharam contra a proibição do aborto -, que se espalhou para Argentina, Itália, Espanha, Brasil, Turquia, EUA, Peru, México, Chile entre outros países (Arruzza et al., 2019). Um ano depois, a onda feminista grevista

influenciou os movimentos sociais de mulheres que se manifestaram no dia 8 de março de 2017. Rechaçando a cafonice reacionária do recebimento de flores e cartões de parabenização, os movimentos de mulheres ao redor do mundo reviveram o espírito combativo original do dia 8 de março e suas raízes socialistas proletárias ao paralisarem suas atividades produtivas, fecharem comércios, elaborarem bloqueios e boicotes à produção capitalista, com intuito de criticar a desvalorização do “*trabalho determinado pelo gênero e não remunerado na sociedade capitalista*”, o assim chamado trabalho reprodutivo (Arruzza et al., 2019, p. 33).

Por se tratar de um feminismo voltado à tentativa de contemplar as demandas dos 99% explorados no modo de produção capitalista, tal movimento se constrói levando em consideração a indissociabilidade entre gênero, classe e etnia. Nas palavras de suas próprias autoras, o feminismo para os 99% “deve responder a uma crise de proporções monumentais”, ou seja, precisa encarar o “desastre ecológico iminente”; às “guerras desenfreadas”; a intensificação das desapropriações de terras e de posses; as “migrações em massa”; “ao racismo”; a “xenofobia” e a “revogação de direitos” trabalhistas (Arruzza et al., 2019, p. 41). Nesse sentido, o feminismo para os 99%, se preocupa com a garantia do bem-estar “das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres *queer*, das trans e das mulheres com deficiência” – como a própria expressão indica, representa um feminismo para a maioria da população explorada (Arruzza et al., 2019, p. 41). Vale explicitar que as autoras do *Manifesto feminista* não pretendem reduzir suas discussões às assim chamadas “questões das mulheres”, para além disso, defendem todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, procurando se tornar uma esperança de emancipação para a humanidade (Arruzza et al., 2019).

Em consonância com a discussão proposta pelo *Manifesto feminista*, faz-se necessário sublinhar a crítica de Saffioti (2013, p. 37) ao fato de o feminismo liberal, na segunda metade do século XX, ter se concentrado apenas em soluções parciais e legais que garantisse às mulheres privilegiadas o controle de seus corpos e a “justiça na situação de trabalho e na sociedade em geral”, o que fomentou, por um lado, “a cisão homem-mulher”, pois não consideravam relevantes a participação de elementos masculinos na luta contra a violência de gênero e, por outro lado, intensificou “a fissura entre as classes sociais”, evidenciando que “as vitórias femininas” da época “não extrapolaram os limites impostos pelo modo de produção capitalista”.

Por isso, segundo Arruzza et al. (2019), a única forma de as mulheres conquistarem novos direitos e atualizarem seu papel social é por meio da transformação do capitalismo, que engendra, mantém e estrutura as opressões de gênero, de classe e etnia. Dessa forma, procurar soluções parciais e em sintonia com o processo de acumulação de capital, não só se mostram estéreis como também perversas, por exemplo, a legalização do aborto não traz muitos benefícios para as mulheres pobres e da classe trabalhadora caso não venha associado à conquista da justiça reprodutiva, ou seja, a assistência social e à saúde gratuita, universal e não lucrativa e protegidas das práticas médicas racistas e eugenistas. Também a questão da igualdade salarial pode se tornar uma igualitarização da miséria para as mulheres das classes trabalhadoras caso não seja associada à melhoria dos pisos salariais e à conquistas de direitos trabalhistas substanciais. Já as leis que criminalizam a violência de gênero, se mostram uma perversidade à classe trabalhadora se não combaterem à vista grossa, o sexismo e o racismo estrutural vigente no sistema de justiça criminal, bem como a brutalidade policial, o encarceramento em massa, as intervenções militares, as deportações e o assédio sexual nos ambientes de trabalho. Ademais, a emancipação no âmbito da lei é estéril se não for acompanhada de programas sociais de habitação e socorro financeiro para garantir que as mulheres se protejam da violência de gênero na sua vida doméstica, familiar e profissional.

Além disso, o feminismo para os 99% inclui as seguintes lutas: ambiental; por educação gratuita e de alta qualidade; pela melhoria dos serviços públicos; pela construção de habitações de baixo custo; por melhoria nos direitos trabalhistas e pela garantia de um sistema de saúde público, gratuito e universal (Arruzza et al., 2019).

Por fim,

O feminismo para os 99% abarca a luta de classes e o combate ao racismo institucional. Concentra os interesses das mulheres da classe trabalhadora de todos os tipos: racializadas, migrantes ou brancas; cis, trans ou não alinhadas à conformidade de gênero; que se ocupam da casa ou são trabalhadoras sexuais; remuneradas por hora, semana, mês ou nunca remuneradas; desempregadas ou subempregadas; jovens ou idosas. [...] *não é apenas antineoliberal, mas também anticapitalista.* (Arruzza et al., 2019, p. 44).

Considerações finais

As autoras analisadas neste artigo trazem diversas contribuições tanto para se refletir sobre o problema da violência de gênero na contemporaneidade como também elaboraram alternativas para a superação desse problema. A questão da violência de gênero, como já foi discutido, é um fenômeno antigo na história da humanidade, no entanto, adquire uma nova dimensão e se agrava no modo de produção capitalista, sobretudo em seus momentos de crise. É justamente nesse sentido, que durante a crise pandêmica de COVID-19, constatou-se um aumento no número de casos e denúncias de violência de gênero, doméstica e familiar, mundialmente.

No que diz respeito às contribuições teóricas de Heleieth Saffioti, pode-se elencar alguns pontos importantes discutidos até aqui sobre a indissociabilidade entre patriarcalismo, racismo e capitalismo, a saber: 1º) historicamente, as mulheres sempre se opuseram à ordem patriarcal produtora e reprodutora da violência de gênero; 2º) as mulheres desfrutam de parcelas irrisórias de poder face às detidas pelos homens, sobretudo no modo de produção capitalista; 3º) o gênero molda a subjetividade dos sujeitos sociais (homens, mulheres e pessoas LGBTQIA+); 4º) as relações de gênero se situam aquém da consciência dos sujeitos sociais, portanto, podem ser transformadas¹²; 5º) embora as mulheres estejam submetidas às estruturas de dominação na sociedade capitalista, ainda assim, enfrentam a contradição de poderem atuar tanto na manutenção quanto na superação dessas estruturas de poder. Além disso, Saffioti explicita a necessidade de superar a violência de gênero, compreendendo essa questão não como “exclusivamente das mulheres”, mas como um problema social em que todos os agentes sociais, sobretudo os explorados, podem e devem participar, pois “sendo homens e mulheres seres complementares na produção e reprodução da vida, fatos básicos da convivência social, nenhum fenômeno há que afete a um deixando de atingir o outro sexo” (Saffioti, 2013, p. 34).

Já no que concerne às contribuições do *Manifesto feminista para os 99%*, escrito por Cinzia Arruzza, Thiti Bhattacharya e Nancy Fraser, é possível destacar que as autoras, assim como Saffioti, se propõem a pensar um feminismo que leve em conta a inseparabilidade das questões de gênero, classe e etnia. Ademais, compreendem que a

¹² Como afirma Saffioti (2001), é necessário haver resistência feminina diante da violência de gênero sofrida e, dessa forma, acredita-se “na necessidade de legitimação social, processo realizado pela quase totalidade dos membros da sociedade brasileira e de praticamente todas as demais existentes no momento atual” (Saffioti, 2001, p. 121), pois “a categoria histórica gênero não constitui uma camisa de força, não prescrevendo, por conseguinte, um destino inexorável” (Saffioti, 2001, p. 125).

violência de gênero só poderá ser efetivamente superada com a superação do capitalismo e do racismo estrutural. Portanto, o feminismo que as autoras se propõem a construir, contempla as demandas dos 99% da população mundial explorada, expressando-se como um feminismo ecossocialista, anticapitalista, antirracista, antiimperialista e antiLGBTfóbico. Desse modo, a luta desse *Manifesto* pode ser resumida na tentativa de priorizar o processo de reprodução social em detrimento do processo de acumulação de capital.

Por fim, espera-se que ao final desta discussão, os leitores tenham compreendido a necessidade de encarar a violência de gênero em sua complexidade, o que implica pensá-la em seu caráter inerente ao modo de produção capitalista. Em síntese, não há como os sujeitos sociais explorados, sobretudo as mulheres, se emanciparem da violência de gênero e étnico-racial, sem que a humanidade tenha igualmente superado a estrutura social que engendra tal violência.

Referências Bibliográficas

Arruzza, C., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Boitempo.

Georges, R. (2017). *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. Oxfam Brasil. <https://www.oxfam.org.br/download/12041/>.

Hardoon, D., Ayele, S., & Fuentes-Nieva, R. (2016). *Uma economia para o 1%: como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido*. Oxfam International. https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/bp210-economy-one-percent-tax-havens-180116-pt.pdf.

Marx, K., & Engels, F. (2010). *Manifesto comunista*. Boitempo.

MARX, K. (2013). *O capital: crítica da economia política*. Boitempo.

Organização Mundial da Saúde. (2021). *Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência*. <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>.

Paulo, P. P. (2021, 7 junho). Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa. G1 São Paulo. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>.

Reuben, A. (2016, 18 janeiro). 1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes, diz estudo. BBC News Brasil. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn.

Ritchie, H., Mathieu, E., Rodés-Guirao, L., Appel, C., Giattino, C., Ortiz-Ospina, E., Hasell, J., MacDonald, B., Beltekian, D., Dattani, S., & Roser, M. (2020). *Coronavirus pandemic (COVID-19)*. Our World in Data. <https://ourworldindata.org/coronavirus>.

Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16(16), 115-136.

Saffioti, H. I. B. (2013). *A mulher na sociedade de classes*. Expressão Popular.

Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero patriarcado violência*. Expressão Popular.

Vieira, P. R., Garcia, L. P., & Maciel, E. L. N. (2020, 22 abril). Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23(23). 1-5. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>.